

Questão 63

Sobre os debates entre os Governos do Mercosul, é importante destacar que existem instâncias de construção de memórias regionais. Estas experiências acompanham os processos de verdade e justiça que estão em andamento nos países para revisar, investigar e julgar os crimes de lesa-humanidade cometidos, no passado, pelo Estado. Nesta linha, os lugares de Memória são instâncias que buscam transformar certas marcas a fim de evocar memórias e torná-las inteligíveis ao situá-las no contexto de um relato mais amplo.

(Adaptado de: MERCOSUL. Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH). *Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória*. Buenos Aires: Mercosul, p. 5, 2012.)

A partir do excerto e de seus conhecimentos, assinale a alternativa correta.

- a) Embora o Mercosul seja definido pela integração econômica, seus países membros também partilham experiências de ditaduras militares no passado, experiências essas que constituem uma memória regional comum.
- b) A escolha de lugares de memória comuns ao passado dos países membros do Mercosul pauta a agenda econômica de sua integração e baliza a construção de patrimônios edificados.
- c) A reparação dos crimes cometidos pelas ditaduras militares dos estados membros do Mercosul se tornou possível com a criação de instâncias jurídicas supranacionais que julgam violações contra a humanidade.
- d) Ainda que novas, nota-se que o objetivo das políticas públicas de memória do Mercosul – acerca dos traumas das ditaduras – é eleger um conjunto de patrimônios edificados para pacificar o passado.

RESOLUÇÃO

Ainda que o Mercosul tenha sido criado devido à ambição de atingir maior integração econômica no Cone Sul, os países membros acabaram por adicionar na agenda do bloco outras questões de natureza política e jurídica, dentre as quais a reflexão sobre seu passado marcado por regimes ditatoriais destaca-se em virtude de seu caráter polêmico. Apesar de compartilharem traumas derivados da violência física e simbólica aplicadas por tais ditaduras, o tema ainda está distante de ser tratado da mesma forma em todos os países, o que impede qualquer tentativa de pacificar o assunto. Enquanto as autoridades argentinas buscam rever o passado e trazer aos tribunais antigos torturadores, no Brasil procura-se evitar o assunto recorrendo-se frequentemente ao esquecimento e à Lei da Anistia como pretexto.

ALTERNATIVA A